

CONSTITUINTE

Ruralistas farão seus constituintes

Os empresários rurais querem garantir um mínimo de 50 a 70 representantes na Assembléia Constituinte e, para isso, iniciam uma campanha com o objetivo de arrecadar fundos e eleger seus deputados. Esses empresários, de acordo com informações do presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Flávio de Brito, estão preocupados com a possibilidade de uma maioria significativa da esquerda na Constituinte, alterando o plano de Reforma Agrária.

"Nossa preocupação — disse Flávio de Brito — é a Constituinte, porque basta a esquerda eleger alguns candidatos que eles colocam um ponto qualquer para mudar a Reforma Agrária. Por isso, nós temos que nos organizar e arrecadar fundos. Hoje, a eleição de um deputado, na minha terra (Amazonas) custa em torno de dois bilhões de cruzeiros então, nós precisamos de dinheiro, porque esse preço é da minha terra.

O início da campanha de arrecadação de recursos é hoje em Goiânia. Lá, os empresários rurais vão passar o dia concentrados para discutir a Reforma Agrária e, no final, haverá um leilão de mil cabeças de boi para a "caixinha da Constituinte".

Instruções

O Tribunal Superior Eleitoral realizará sessão extraordinária segunda-feira, quando deverão ser aprovadas as instruções finais para apuração das eleições municipais. Como o TSE decidiu não responder à consulta do deputado federal Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) sobre a aplicação nas eleições às prefeituras dos dois turnos previstos na Constituição federal para eleição do presidente e vice-presidente, poderá ter que regulamentar a questão nas instruções.

Isto porque, na apuração dos votos, para considerar eleitos os candidatos a prefeito, o TSE terá que esclarecer os critérios de votação, já que as constituições estaduais permanecem omissas à questão dos dois turnos, admitiu uma fonte. Ao decidir desconhecer a consulta do deputado Maurílio Ferreira Lima, o TSE e considerou prejudicadas as outras consultas sobre os mesmos assuntos.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou por unanimidade recurso do deputado estadual Jacob Cardoso Lopes, de São Paulo, contra o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que cassou seu mandato parlamentar a pedido da executiva regional do PMDB paulista. Restará agora ao partido apelar ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O deputado estava sob processo de expulsão do PMDB após irregularidades de que foi acusado no chamado escândalo "Mogi-gate", em uma empresa de ônibus de Mogi das Cruzes. O TSE entendeu que a executiva regional do PMDB não poderia recorrer à justiça eleitoral sem a aprovação da executiva nacional.

ANC 88
Pasta 09/85
101/1985